PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

CAMILA MARIA RISSO SALES

Segundo Suzan Moller Okin, a teoria política contemporânea é ainda sobre homens que têm suas esposas em casa. A isso podemos acrescentar que, durante muito tempo e em grande medida, a própria Ciência Política foi monopolizada por homens, com esposas em casa. Entretanto, o projeto "Mulheres na Ciência Política" da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) nos dá a oportunidade de deslocar o olhar e valorizar a contribuição de mulheres ao campo, resgatando trajetórias acadêmicas e de vida de cientistas políticas de diferentes gerações.

Ao ultrapassar as barreiras de ingresso, permanência e atuação institucional, as mulheres se deparam com imensos desafios na área e este percurso, por si só, é relevante para a própria constituição da Ciência Política no Brasil.

Explicitar as vivências dessas mulheres, além de valorizar a contribuição individual, colabora para tornar nossa atuação coletiva mais sólida e a Ciência Política mais plural, reconhecendo e representando as mulheres de maneira mais adequada. Faz-nos ter consciência que dificuldades ainda são muitas e maiores para mulheres negras, indígenas, lésbicas e de regiões periféricas.

Nesse sentido, participar do projeto como entrevistadora e colaborar para que trajetórias como as da Professora Dra. Monique Menezes sejam evidenciadas me orgulham e me tornam mais confiante na luta por espaços cada vez mais diversos e socialmente referenciados em que a igualdade de gênero, na academia e fora dela, possa ser almejada.

Auto-apresentação

MONIQUE MENEZES

Meu nome é Monique de Menezes Urra, tenho 39 anos, sou negra, filha de mãe solteira e criada por mulheres: mãe e avó. Em 1998, fui aprovada na Universidade Federal Fluminense – UFF para cursar o bacharelado em Ciências Sociais no ano seguinte, quando ainda não havia cotas para negros. Assim, fui a primeira da minha família materna a iniciar um curso de graduação. Felizmente, devido às políticas de inclusão das últimas décadas, não sou mais a única graduada da minha família.

Em 2002, me tornei bacharela em Ciências Sociais pela UFF. Neste mesmo ano, fui aprovada para ingressar no mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – Iuperj, finalizando-o em 2004. Ainda em 2004, fui aprovada para o doutorado no Iuperj, finalizando-o em março de 2010.

Em 2011, migrei do Rio de Janeiro para o Piauí – um enorme desafio que resolvi enfrentar! Cheguei a Teresina em maio de 2011, quando iniciei minha atividade docente na Universidade Federal do Piauí – UFPI, especificamente, na graduação em Ciências Sociais e no programa de pós-graduação em Ciência Política, no mestrado.

Em 2012, foi criado o curso de Bacharelado em Ciência Política na UFPI, no qual também passei a lecionar. Neste período, criei o Núcleo de Instituições e Políticas Públicas – NIPP, o primeiro de Ciência Política da UFPI. No NIPP, muitas iniciativas foram criadas, pensadas e repensadas, entre as quais destaco a primeira Semana Acadêmica de Ciência Política – SACP, realizada em 2016 e replicada em 2018. Ainda em 2012, fui convidada para integrar a equipe do então candidato à Prefeitura de Teresina, Firmino da Silveira Filho, com a finalidade de auxiliar na elaboração do Plano de Governo. Destaco esta atividade, pois foi um marco importante para minha carreira no estudo de políticas públicas.

Em 2013, passei a integrar a equipe do Prefeito eleito, Firmino da Silveira Filho (PSDB), como Secretária Executiva de Desenvolvimento Econômico e Turismo. E, em 2016, fui convidada mais uma vez por esse mesmo gestor para atuar no Plano de Governo, agora como Coordenadora Geral.

Em setembro de 2017, fui designada para o cargo de Secretária Municipal de Concessões e Parcerias de Teresina, uma área focada em projetos de infraestrutura que é extremamente masculina, na qual as mulheres são minorias e as negras não habitam.

Quanto à academia, continuo ministrando disciplinas, orientando e publicando, contudo em um ritmo menos acelerado. Apesar disso, em dezembro de 2018, assumi a coordenação do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPI.

Por fim, aprendi que tanto a pesquisa em Ciência Política, quanto a prática da política pública me trazem o estado de "flow[1]". Ambas me conferem enorme prazer e me fazem entender por que a vida vale a pena!

[1] "Estado mental onde a mente e o corpo fluem em perfeita harmonia, é um estado de excelência caracterizado por alta motivação, alta energia e alto desempenho, por isso também chamado de experiência máxima ou experiência ótima".

Entrevista

Camila Maria Risso Sales: *Monique, em primeiro lugar, muito obrigada pela sua disponibilidade. É um prazer imenso contar com a sua participação no projeto, inclusive de outras formas. Mas queria dizer que fiquei muito contente em fazer a entrevista.*

Monique Menezes: Também estou muito feliz em poder participar deste projeto, o achei superimportante.

CMRS: *Precisamos expor publicamente nossa organização e mobilização dentro da Ciência Política.*

MM: Exatamente.

CMRS: *Imagino que você tenha ideia de como funciona a estrutura das entrevistas, portanto vou seguir o roteiro e você fique à vontade para fazer acréscimos sempre que quiser. A entrevista é dividida em três blocos gerais, cada um deles com temas mais específicos. O primeiro trata da sua trajetória dentro da Ciência Política. Gostaria de começar pedindo para você traçar sua trajetória profissional. Como você chegou à Ciência Política e como foi o seu processo de formação?*

MM: Sou de Niterói, mas hoje vivo em Piauí, Teresina. Estudei na Federal Fluminense [UFF], fiz o vestibular em 1998 e comecei na turma do segundo semestre de 1999. Lá, tive contato com as três áreas de Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Me apaixonei pela Ciência Política de imediato e já tinha a ideia de fazer mestrado e doutorado na área. Tive professores que me marcaram muito na Federal Fluminense: Zairo Cheibub, que não atua mais na área; a professora Maria Antonieta [Parahyba Leopoldi], que foi minha orientadora na monografia; o professor Alberto Almeida, que também tive contato e foi importante para me abrir possibilidades na área de pesquisas não tanto acadêmicas. Na Federal Fluminense, havia uma questão interessante: tínhamos uma empresa júnior – na qual atuei logo cedo e que foi muito bom para mim não somente do ponto de vista acadêmico, mas da parte prática também, de fazer pesquisas práticas a partir da perspectiva da Ciência Política. Depois, atuei no DataUFF, que é um instituto de pesquisa da Universidade Federal Fluminense – e que foi muito interessante –, e, no final de 2002, fiz a prova para o Iuperj [Instituto de Pesquisa Científica no Rio de Janeiro], passei e iniciei o mestrado em 2003. Comecei a trabalhar com a professora Maria Regina Soares de Lima, embora eu não trabalhe e nunca tenha trabalhado com Relações Internacionais. Na graduação, na minha monografia – era obrigatório, na UFF, fazer monografia –, trabalhei com reforma do Estado e agências reguladoras. Quando entrei no Iuperj, a professora Regina tinha um trabalho com o Renato Boschi nessa área de instituições e reforma do Estado – ela estava saindo, acho que fui sua última orientanda que não era da área de Relações Internacionais. Fiz aquele mestrado pesado do Iuperj para poder ir direto para o doutorado; fazíamos em menos de dois anos: terminei de escrever a dissertação em setembro de 2004, a Regina fez as últimas revisões, defendi no dia 14 de dezembro e fiz a entrevista para a seleção no doutorado no dia seguinte. A minha dissertação foi na linha do que tinha feito na graduação, ou seja, continuei com as agências reguladoras, só que agora em uma perspectiva mais ampla de desenho institucional. Mergulhei na literatura sobre instituições da América Latina da época, os autores, as reformas e foquei na área de regulação. A Regina até brincou comigo, me perguntou se eu era economista, ao que respondi que não, mas que achava que tínhamos que estudar isso, que era algo que os economistas estudavam e estávamos falando de desenho

institucional, de como as instituições irão interagir a parte da reforma. Fui para o doutorado e fiz algo mais dentro de Ciência Política, mas no mesmo tema. Sempre me foquei em não mudar muito de tema, pois acho que perdíamos muito tempo, já que estamos em uma batida grande de dar continuidade (risos). Fiz a graduação em sete semestres, três anos e meio, para fazer logo o mestrado, que fiz em dois anos e resolvi não mudar de tema, mas acumular. Agora não, agora dá para ver outras coisas depois que terminado o doutorado. No doutorado, fui entender o papel das instituições de controle nesse novo desenho institucional a partir da reforma e na criação das agências de controle e da relação delas com o Tribunal de Contas, pois antes ele focava nas empresas que foram privatizadas e uma vez privatizadas o Tribunal não podia mais fiscalizar, mas eu sabia que mesmo assim o Tribunal atuava muito sobre essas agências. Ficou uma relação entre as instituições de Estado, que na bibliografia se atribui a um efeito inesperado da reforma quando se está trabalhando com o institucionalismo histórico. A Regina aceitou continuar me orientando – até porque não dei muito trabalho, fazia tudo direitinho (risos) – mesmo não sendo mais a área em que atuava, acho que ela também gostava de ler algo diferente do que era o tema da maioria dos alunos com quem trabalhava. Eu quis fazer um doutorado sanduíche, porque não pensava em fazer a formação completa no exterior. Tentei ir para a Inglaterra, mas acabou não dando certo, pois eles me cobraram; por isso, acabei indo para San Diego estudar com o [Mathew] McCubbins. Ele foi muito solícito comigo, leu meu projeto em inglês – que traduzi em um fim de semana – e fui para lá no segundo semestre de 2007, fiquei até o fim do primeiro semestre de 2008. Foi uma experiência incrível que me expandiu bastante os olhares. Sempre trabalhei e estudei, mesmo com bolsa. Na graduação, trabalhava meio expediente para uma terceirizada na Caixa Econômica. Sempre precisei trabalhar. Só no último ano que abandonei o trabalho para me dedicar ao fim da faculdade e para entrar para o mestrado, porque eu precisava do dinheiro da bolsa. Eu tinha que conseguir a bolsa e fiquei dois períodos sem trabalhar quando arrisquei o mestrado; mas tinha um dinheiro guardado da indenização, porque trabalhava de carteira assinada. Quando entrei no mestrado, trabalhava pouco, fazia *freelancer* de pesquisa na Fundação Getúlio Vargas [FGV]. Esse período da bolsa sanduíche foi a primeira vez, em muitos anos, em que fiquei só estudando! Quando voltei, tinha que defender até março de 2009, porém só terminei em agosto. E como estava na transição do Iuperj, havia muitas teses, muitas pessoas correndo, porque não sabiam bem o que ia acontecer e, por isso, só fui defender em março de 2010 – fiz a tese em cinco anos, porque o que conta é a data em que se defende. Logo depois da defesa da tese – no mesmo mês –, fiz uma prova para a Unirio [Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro], fui classificada, mas não fui chamada, porque era apenas uma vaga e não fiquei em primeiro lugar. Nesse período, já havia começado a expansão no Nordeste e um colega meu do Iuperj chamado Cleber de Deus me convidou para vir para o Piauí. Ele disse que estavam querendo montar um departamento de Ciência Política na graduação, que já tinham um mestrado recente – de pouco mais de um ano –, mas precisavam de pessoas e me disse que eu não precisaria fazer outra prova, que eles fariam aproveitamento de vagas. Sinceramente, não pensei duas vezes, mesmo sem conhecer a cidade! Achava que batíamos muito cabeça no Rio de Janeiro, havia muitas pessoas formadas: o pessoal do Iuperj, da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], da UFF, da UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro]... Decidi ir. Estava insegura com esse cenário é não queria dar aulas em faculdades particulares como alguns amigos meus já estavam fazendo. Estava sem a bolsa desde 2009 – e estávamos em 2010 –, eu trabalhava na Fundação Getúlio Vargas com projetos de pesquisa, mas era trabalho por demanda e eles só me pagavam depois que recebiam do cliente. Ou seja, às vezes eu ficava seis meses sem receber e, por isso, tinha que estar sempre muito controlada com dinheiro. Eu já estava separada nessa época e vivia sozinha; vim para o Piauí conhecer Teresina e aceitei. Eles iniciaram o processo que durou o ano inteiro, só vim para cá em 2011 e estou aqui desde então – o aproveitamento de vagas não é um processo simples, passa por várias instâncias nas duas universidades. Uma coisa importante é que vim em 2011 e comecei a atuar no departamento de Ciências Sociais, pois o departamento de

Ciência Política só foi criado, de fato, em 2012 – o primeiro Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] para Ciência Política foi em 2011, a primeira turma começou em 2012. Assim que cheguei, comecei um trabalho com o departamento de Ciências Sociais, que era o Ciso [Ciências Sociais] – Encontro Norte e Nordeste, e me dediquei muito a esse trabalho, o que acabou por despertar a atenção de um professor que também atuava na administração pública municipal, o professor Washington Bonfim. Ele me convidou, em 2012, para trabalhar no plano de governo municipal do prefeito Firmino Filho. Achei um trabalho muito interessante, porque nunca tinha trabalhado antes e aceitei de imediato também. O Firmino era do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] e o Washington me perguntou se eu tinha algo contra trabalhar para esse partido e lhe disse que não – tenho convicções à esquerda, mas via o trabalho como outro qualquer, até porque não sou ortodoxa de nenhum partido. Fui trabalhar no plano de governo, aprendi muito, conheci muito sobre a cidade e aprendi muito sobre o que é planejamento, plano de governo e pensar todos os eixos de políticas públicas de uma cidade – uma coisa muito nova para mim. Desde então, me divido entre a prefeitura e a universidade. Estou cedida, mas nunca deixei de atuar na universidade, porque sempre achei que duraria pouco tempo, porém já estou lá há sete anos! Nesse intervalo, assumi a coordenação de graduação por um período curto para ajudar uma colega que precisava sair para o doutorado e ninguém queria assumir essa responsabilidade. Assumi por três meses e sem remuneração, pois sou cedida à prefeitura, mas pude ajudá-la. Também em 2011, quando cheguei, montei um núcleo de pesquisa de instituições e políticas públicas. Não havia núcleo da área de Ciência Política e depois que montei o meu os colegas foram montando os seus respectivos grupos também, foi legal! Eu era a única mulher de Ciência Política. Nas Ciências Sociais havia mulheres, obviamente – do pessoal da Sociologia e da Antropologia –, mas cientista política mesmo só havia eu de mulher. Quando montamos o departamento, éramos o professor Raimundo Júnior, Cleber de Deus, [Cleber] Ranieri [Ribas de Almeida] e eu. Éramos quatro e só eu de mulher. Começamos a contratação, a brigar por mais contratações para o departamento. Hoje, o departamento está um pouco equilibrado, porque temos três mulheres e cinco homens, sendo que há duas mulheres contratadas temporariamente, ou seja, está meio a meio, mais ou menos. Esse equilíbrio foi bem recente. Como entrei no período da Dilma, que foi o período do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] com maior verba, consegui recurso para projeto universal – modalidade que os professores daqui não tinham o hábito de buscar –; consegui recursos da Fapepi, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa aqui do Piauí; fiz alguns projetos e isso me deu fôlego para publicar mesmo estando cedida à prefeitura. De 2017 para cá, foi que passei a publicar menos. Fiquei de 2013 a 2017 com o mesmo cargo na passagem do primeiro para o segundo mandato do prefeito, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em 2016, ele me colocou como coordenadora do plano de governo Coordenei um grupo de mulheres, eu e mais cinco mulheres, e foi uma experiência muito legal, porque incluímos muitas coisas de políticas de gênero. Em setembro de 2017, fui convidada a assumir a Secretaria de Concessões e Parcerias, que é onde estou hoje. É uma secretaria pequena, porém muito estratégica. O prefeito, que também é professor da universidade e economista do departamento de Ciências Econômica, me disse: “Monique, essa área de Concessões e Parcerias no nível municipal é uma coisa nova, tem que ter alguém que goste de estudar, por isso acho melhor ser você”. Achei muito legal, porque foi um empoderamento, é uma área muito masculina é muito branca. Vou a vários seminários – que deve ter cerca de 10% de mulheres –, e sou a única mulher negra. É uma área estratégica para o município e que trabalha em articulação com outras secretarias. Por exemplo, estou performando agora um projeto de quase 1 bilhão de reais que é o projeto de iluminação pública da cidade e iniciei o projeto de resíduos sólidos, que é a coleta e o tratamento do lixo domiciliar – que deve ficar pronto só em 2020. É uma atividade que gostei muito de fazer e sigo estudando. A prefeitura paga um MBA de concessões e parceria para mim em São Paulo, na Fesp, que é a Fundação Escola de Sociologia e Política. Eles possuem um MBA na área de Concessões e Parcerias. Estou terminando o MBA, já estou na fase de escrever o artigo, e me inscrevi

para um curso de lideranças femininas pela Universidade de Colúmbia. Não é um curso acadêmico, e sim prático. É um encontro mensal no Rio de Janeiro e uma vez na semana em Nova Iorque durante o mês de julho e ao final entregamos um artigo. A ideia do curso é o empoderamento feminino, ele é voltado para a formação de gestoras no serviço público. Falei da minha trajetória acadêmica e do que estou fazendo agora. Você quer que eu volte em alguma coisa?

CMRS: *Vou pedir para você voltar em algumas coisas. Mas foi muito boa a sua primeira resposta, porque temos uma visão bem global de como você construiu a sua trajetória profissional, independentemente que seja na carreira acadêmica ou na gestão pública. Depois vou fazer algumas perguntas mais específicas sobre a sua experiência na sua gestão pública, porque é muito relevante.*

MM: É diferente.

CMRS: *É! Queria te perguntar duas coisas sobre a sua trajetória. Você falou de toda a sua trajetória nas Ciências Sociais, fazendo o curso e trabalhando. Gostaria de saber como você chegou às Ciências Sociais, como ela se tornou a sua escolha, o que te levou a ela? E queria, também, que você falasse um pouco mais dos seus interesses de pesquisa, principalmente se esses interesses de pesquisa mudaram no decorrer da sua trajetória.*

MM: Vou te contar como cheguei às Ciências Sociais. Comecei a trabalhar muito cedo. Sou filha única, meus pais nunca se casaram e fui criada só pela minha mãe com a ajuda da minha avó. Sempre gostei muito de estudar, fiz um ensino fundamental bem feito, meu pai auxiliava a minha mãe esporadicamente – pagava o colégio aqui e ali, mas não com uma regularidade muito grande –, não tive a presença masculina do meu pai na minha criação e quando terminei o ensino fundamental disse à minha mãe que queria trabalhar. Não que eu quisesse trabalhar para sustentar a casa, mas queria trabalhar para ter as minhas coisas, porque sentia que a minha mãe não conseguia me dar tudo o que eu queria. Ela ficou receosa de que eu deixasse de estudar, mas a assegurei que não pararia, porque sempre tive isso na minha cabeça. Nasci pobre, portanto sempre soube que não podia parar de estudar, só se casasse com um homem rico. Decidi fazer o ensino médio à noite, fiz um curso de formação técnica para poder fazer um estágio. Com quinze anos, ainda no primeiro ano do ensino médio, em julho, consegui um emprego na Caixa Econômica. Fiz aquele estágio no CIEE [Centro de Integração Empresa-Escola]. Não fui "na cara e na coragem", um amigo que estudava comigo fazia estágio lá, me indicou e com isso consegui entrar com outras colegas. Fiz o ensino médio em contabilidade e não achava difícil, mas não era uma atividade que me satisfazia. Como não achava difícil o ensino médio, fazia um curso de informática no Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial] de manhã, porque o estágio da Caixa me exigia algumas noções. Não prestei vestibular no ano em que terminei o ensino médio, porque julgava que tinha concluído essa fase de forma deficitária devido à minha escolha de trabalhar e fazer curso. Fiz um pré-vestibular no ano seguinte, eu já era contratada pela Caixa Econômica como terceirizada, porque me destaquei como estagiária e, no cursinho, o fiz teste vocacional. Eu não gostava de contabilidade e fui conhecendo história, tive professores de Ciências Sociais que davam aula de história no curso, fiquei muito amiga de uma professora de Letras que tinha feito Ciências Sociais... Ou seja, conheci o curso de Ciências Sociais através deste cursinho pré-vestibular, achei muito bom ter feito aquele cursinho. Se não o tivesse feito, provavelmente teria prestado vestibular para Contabilidade ou Direito e acho que não teria chances de passar, porque eram cursos mais concorridos. Olhando para trás, parecia que eu estava ali atrasando os meus estudos, mas foi o melhor, no meu caso, porque sou muito realizada na área de Ciências Sociais. Ganho muito bem, tenho o salário da universidade, o da prefeitura e ainda tenho uma bolsa, porque tenho um projeto de pesquisa internacional voltado para o Nordeste. Tenho um bom salário, boa casa e sou realizado

no que faço. Poderia ter feito Direito, ser uma ótima advogada, mas talvez não gostasse disso. Como dei esse passo atrás, de ter ido para um pré-vestibular, conheci muitas pessoas, vi a importância do inglês, porque nunca fui de me dedicar muito, pensei na informática, mas lá tive consciência da relevância. Comecei a fazer Ciências Sociais na época em que o Fernando Henrique era presidente e o pessoal me perguntava o que eu ia fazer, o que fazia um cientista social e eu dizia: "Vira presidente!", essa era a resposta que eu dava para as pessoas. Eu nem sabia direito o que ia fazer como cientista social, mas me identifiquei com o que as pessoas me falavam. Tive duas professoras – uma de História e outra de Letras – que tinham feito Ciências Sociais. Talvez elas nem devessem ter me incentivado, porque nem estavam trabalhando na área, mas, enfim esse foi o meu trajeto. Fiz o curso na UFF, tinha prestado concurso para a UFRJ e para a UERJ também, mas passei para a UFF e adorei, porque sou de Niterói, para mim, não foi problema algum. Em relação à pesquisa, comecei a fazer na área de instituições e reformas do Estado, fiz disciplinas nesse tema e gostei. Continuei nesse tema ao longo do mestrado e do doutorado fazendo algumas mudanças. Na graduação, fiz um estudo sobre reforma do Estado e agência reguladora e um estudo de caso sobre a ANS – Agência Nacional de Saúde. Estudei um pouco sobre saúde, mas foi muito mais um olhar para a reforma, no contexto de criação de agências. Era tudo literatura nacional. No mestrado, já fui para a reforma, mas não somente em uma perspectiva nacional, ampliei em uma perspectiva da América Latina. Comecei a utilizar uma literatura sobre instituições, o neoinstitucionalismo, que foi de uma disciplina que fiz com a Maria Regina e o Renato Boschi sobre reformas em uma perspectiva ampla da América Latina, e continuei no tema da agência como um elemento desta reforma. Na verdade, fiz uma análise mais geral de desenho institucional, a partir das oito ou nove agências de regulação que havia na época. Estudei a questão da *accountability* dessas agências e sua relação com o usuário em cada uma delas. No doutorado, como havia dito, investiguei a relação destas agências para com outras instituições, as instituições de controle. Eu não tinha projeto quando entrei para o doutorado; na verdade, quem me deu esta ideia foi a banca – a Regina nem estava na banca, porque ela saiu. Durante a entrevista, me perguntaram sobre a dissertação e me lembro que o Renato Lessa comentou que o Tribunal de Contas estava atuando. Na época, não fazíamos projeto de doutorado para o Iuperj, porque íamos de forma direta. Era uma questão de o seu orientador dizer que você era um bom aluno e de você ter feito a dissertação em menos de 24 meses, o que é uma tarefa bem difícil. Fazíamos nove disciplinas, três disciplinas por semestre, e depois a dissertação. Era uma loucura! Muita disciplina e tinha que escrever uma dissertação razoável para poder ter chances de ir para o doutorado diretamente. Eu nem sabia o que ia estudar, era muito engraçado isso! Quando fui para os Estados Unidos, achei interessante, porque comecei a estudar mais o Congresso. Comecei a ver que quando eu falava de instituições de controle externo, também estava falando de Congresso, porque estas instituições são suas auxiliares do Parlamento, da perspectiva da Ciência Política; quando vai para a perspectiva do pessoal de Direito ou da Administração, eles têm outra visão das instituições de controle. Quando vim para Teresina, busquei ampliar a perspectiva do tema para ter outros leques de pesquisa. Fiz um projeto universal para fazer uma análise destas instituições de controle que auxiliam o Congresso no controle do Executivo na América Latina. Foi um projeto, inicialmente, de Ciências Sociais, em que analisei, de forma comparada, Brasil, Argentina e Chile. No ano seguinte, pedi um projeto universal e ampliei para a América Latina. Fiz isso, pois li que, na Europa, havia muitos estudos sobre isso, mas na América Latina não havia estudos comparados sobre instituições de controle e sobre como elas atuam em termos do Executivo. Foi muito legal, porque fui ao México e apresentei uma análise comparada entre Brasil e México na Amecip – Associação Mexicana de Ciência Política. Em 2017, fui ao Uruguai, na Alacip [Associação Latino-americana de Ciência Política], e apresentei uma análise comparada. Esse foi um trabalho que me rendeu várias publicações. Queria escrever um livro, coletei muita informação sobre os países, só não o fiz ainda porque não tive tempo. O artigo que apresentei no México acabou de ser publicado na Revista do Serviço Público; em 2013, eu já publicara um estudo comparado entre Brasil, Argentina

e Chile; publiquei um trabalho; fiz um projeto que produziu um monte de dados, só não produzi mais por causa da prefeitura. Ao mesmo tempo, possuía a ideia de fazer um observatório de políticas públicas aqui no Piauí, porque achava que não tinha nada disso aqui e, por isso, meu núcleo é de instituições e políticas públicas. Fiz um projeto, que apresentei para a Fapepi, para estudar os serviços públicos da cidade. Cheguei até a fazer um *survey* com 500 questionários com os estudantes. Só que esse trabalho não publiquei, porque não o levei adiante, mas acabei por estudar muitas questões de políticas públicas. Só publiquei em uma revista local o que eu tinha feito. Comecei a dar aula na área de políticas públicas e há quatro anos um colega me chamou para participar de um projeto internacional sobre políticas públicas aqui no Nordeste, focado na ideia de oligarquias, política local e a relação com a seca. Nós estudamos desenvolvimento econômico juntos, com o Boschi, que era orientador do Iuri. Tenho, então, um pouco de trabalho também em políticas públicas, não muito. Algo que estou com vontade de começar a estudar e submeter projetos é nessa área de concessões e parcerias, na qual trabalho na prefeitura, porque vejo que é um tema pouco explorado na Ciência Política, é um fato que observo desde nova e agora tenho visto mais ainda no serviço público. Nós, das Ciências Sociais em geral, ficamos muito fechados e quem acaba por estudar estes temas é o pessoal do Direito, da Economia e da Administração. Contudo, o que estou fazendo na área de Concessões e Parcerias é política pública pura! Quando há um novo direcionamento do Estado para se fazer concessões e parcerias de resíduos sólidos, coleta e tratamento de lixo, de água, a água que chega às nossas casas e do esgoto que também é coletado da sua casa, iluminação pública, mercados, são todas áreas de parcerias público-privadas que afetam diretamente a vida do cidadão. A partir do governo Temer, houve uma série de mudanças dentro da Casa Civil, que é o programa chamado PPI [Programa de Parcerias de Investimentos], para dar um incentivo grande para os municípios fazerem essas parcerias público-privadas. Isso girava antes muito nos Estados e no Governo Federal. Houve um *boom* de municípios por conta desse incentivo. Aqui em Teresina mesmo houve a criação de uma Secretaria em 2016. E vem surgindo uma série de serviços públicos municipais prestados a partir de parcerias público-privadas que são contratos de quatro anos que perpassam por quatro ou cinco mandatos de prefeitos e que elevam o endividamento público da cidade, segundo a legislação vigente. O ponto é que amarra outras gestões também. Olhamos só para o aeroporto, mas tem quem fale de parcerias público-privadas para fazer asfaltamento das ruas em algumas cidades. Tenho vontade de estudar esse tema, porque vejo que é relacionado com ideia de reforma do Estado, e vejo que ninguém da Ciência Política está olhando para esse processo, só o pessoal da Gestão Pública, da Administração e do Direito. Como tenho que estudar isso para o meu trabalho na prefeitura e para o MBA, tenho lido muito sobre isso e tenho vontade de ir para esse tema – não que não continue gostando ainda de controle externo. Quando saí do doutorado, fiquei muito mais no tema de controle externo das instituições de controle do que em agências reguladoras. Depois que entrei no serviço público como gestora, passei a ter uma visão mais crítica sobre as instituições de controle. Acho que, vendo na prática, fui perdendo um pouco a idealização dessas agências e hoje vejo como equivocada o pressuposto de que todo mundo é bandido. Temos um controle muito focado na legalidade e não na *performance*, o que significa que se faltam três ou quatro páginas em um processo, você pode ser multado em 3 ou 4 mil reais como gestora. Eu nunca fui multada, até porque tenho muito cuidado com isso justamente por estudar o tema, mas já vi colegas serem multados por esse tipo de pequeno descuido. Por exemplo, em renovação de contrato, um erro de data, em vez de fazer no dia primeiro fez no dia 2, resulta em uma multa de 5 mil reais. Esse é um hábito recorrente em nossas instituições de controle que focam nisso. Eu já havia lido isso na academia. Questões como: a política feita gerou que economia? Melhorou em quê a prestação de serviço ao cidadão? Isso não é feito aqui no Brasil, o que chamamos de auditoria operacional ou auditoria de conteúdo. Isso é feito de forma incipiente pelo Tribunal de Contas, mas os estaduais não o fazem. Isso me decepcionou um pouco, inclusive, na prática.

CMRS: *Perfeitamente. Seguindo na primeira parte da entrevista, que versa sobre a sua trajetória mais ligada à academia – obviamente você pode também falar da sua trajetória na gestão –, quais foram as suas influências teóricas? Autores, obras e teorias que foram importantes para o desenvolvimento do seu trabalho?*

MM: Lá na graduação, ainda, trabalhei com a professora Maria Antonieta, mas antes trabalhava com o professor Zairo Cheibub, que saiu da academia e foi para os Estados Unidos. Trabalhei com o Zairo, que me deu a sua dissertação de mestrado para ler depois que falei do tema que queria para a minha monografia. Acho que a dissertação dele é muito bem feita e tem um eixo muito concentrado na burocracia weberiana. Como principal teórico na graduação, líamos muito o Weber, embora, na UFF, tivéssemos muitas aulas de Marx. Eu gostava muito do Weber na questão da burocracia, da política e isso me marcou. Quando comecei a estudar a parte da reforma não trouxe tanto esses autores, mas sempre busco trazê-lo nas minhas reflexões. No mestrado, trabalhei muito com Adam Przeworski, porque eu estava trabalhando com questões de mudança de Estado e *accountability* – passei a estudar mais sobre *accountability*. Do Adam Przeworski, desde a graduação, já possuía publicação em português e acho que me influenciou muito. Depois, ele passou a escrever de forma muito matematizada, antes não, mas ainda gosto do seu trabalho! Também tem todo aquele conjunto de literatura que foi produzido nos anos de 1990 sobre institucionalismo, que são autores – como Douglass North – que estavam discutindo sobre as instituições e os tipos de institucionalismo. Quando fui para os Estados Unidos, como fui trabalhar com um professor que produzia muito, que é o McCubbins, li tudo o que ele escrevia, o que acho que me influenciou bastante, inclusive na minha tese de doutorado. Tive uma influência norte-americana muito forte, mas a Regina também me passou alguns textos da Europa, até para eu não ficar muito limitada a uma única matriz. Porém, confesso que não são autores que tenham me chamado muito a atenção como os americanos. A maioria dos professores do Iuperj era do estrato mais de autores americanos, embora, nessa época, tenha pego muita coisa da Europa. Me lembro que havia uma revista assinada pelo Iuperj e a Regina me aconselhou a lê-la pelo fato de que a minha discussão sobre o Brasil também encontrava paralelo na Europa, sobre agências reguladoras. Lembro que peguei muitos autores da Inglaterra.

CMRS: *Ainda sobre a trajetória acadêmica, gostaria de saber se você contou com apoio financeiro e institucional para a sua pesquisa, as pesquisas que você desenvolveu, e para os temas que lhe interessavam.*

MM: Sempre tive bolsa, o que foi muito importante, só não tive bolsa na graduação. Não fui aluna Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica], porque trabalhava, atuava na empresa júnior. Acho que se eu tivesse corrido atrás disso teria conseguido. No mestrado, tive dois anos de bolsa e no doutorado, quatro. Fui para os Estados Unidos com bolsa sanduíche do CNPq, que fornece apoio e passagem aérea. Isso foi muito importante, ainda que eu tenha sempre trabalhado, mas quando se tem a bolsa, é possível se dar ao luxo de não pegar alguma coisa. Eu fazia trabalhos por fora como projetos de análises, banco de dados, roteiro, tabelas, questionários, tarefas que, como trabalhei na empresa júnior na graduação, faço com certa tranquilidade. Nesta empresa, tínhamos orientação dos professores Zairo Cheibub e Alberto Almeida, que nos ensinaram a fazer questionário, roteiro... Coisas que não são dadas em salas de aula muitas vezes – até que aqui, como dou aula de Metodologia Quantitativa, ensino para os meus alunos. Eu tinha alguns contatos por conta da UFF, portanto fazia trabalhos avulsos por fora, mas como possuía bolsa, podia me dedicar a estudar e dar prioridade à pesquisa, o que é muito importante. Quando terminei o doutorado, nunca tentei o *pós-doc* por causa da prefeitura, mas tive um projeto universal e dois de Ciências Sociais. Depois os recursos diminuíram, e também não pude pedir mais por conta dos meus

outros compromissos. Uma coisa que tentei e nunca consegui – e acabei até desistindo (risos) – é a bolsa de produtividade. Você pode até falar "Ah, mas você está na prefeitura", mas houve um período em que publiquei bastante mesmo estando na prefeitura; como eu era secretária executiva era bem mais fácil, em 2017 tinha uma publicação boa. Todo ano eu mandava, era aceito, mas não tinha bolsa suficiente. Isso me deixou meio frustrada, porque acho que nesse aspecto é muito fechado de possibilidades no CNPq. Não é possível você ter o mérito e nunca terem bolsa para te contemplar. Mandei logo assim que se tornou possível de acordo com as regras, eu tinha todos os requisitos exigidos. Publicação A1 e A2 eu tinha, sempre publiquei no mínimo em B2... Não consigo, estou no Nordeste, sei lá. É muito fechado isso. Porém, a universidade abriu – está aberto até esse ano – processo seletivo desde 2015 para quem não conseguiu bolsa de produtividade conseguir esta modalidade de bolsa pela própria universidade com um valor de novecentos reais por mês em vez dos mil e trezentos que o CNPq paga. Recebi essa bolsa durante dois anos pela universidade, depois não tentei, porque estava com muitas outras atividades. Sempre tive apoio e acho que é muito importante. Atualmente estou com uma bolsa estrangeira.

CMRS: *Vamos à segunda etapa da entrevista. Esse bloco diz respeito mais à relação da sua trajetória acadêmica com a sua vida privada. Isso também interessa ao projeto. Como você avalia a sua trajetória, ela foi afetada pela sua vida privada e vice-versa? Por exemplo, se a demanda por papéis tradicionais da mulher afetou a vida profissional e como você avalia isso?*

MM: Acho que nunca tive essa meta de ser mãe, então não tenho filhos. Tenho 39 anos e acho que se engravidasse hoje seria razoável. Acho que uma coisa que pode ter sido afetada é que não engravidei porque seria difícil dar conta do mestrado, doutorado etc. com um filho. Tem pessoas que conseguem, mas acho que na minha vida acabou ficando em segundo plano. Acho que a minha vida profissional afetou a minha vida privada nesse aspecto, porque foi uma escolha que sempre ficou em segundo plano na minha vida. Hoje não me faz falta, mas também não descarto totalmente. Estou casada, meu marido é de Niterói e veio comigo. Isso é legal, porque é bem diferente – geralmente as mulheres acompanham seus maridos. Aqui no Piauí, as três mulheres que são concursadas na Ciência Política são do Sudeste e do Sul e os maridos vieram para acompanhar, o que é bem diferente. Acho que a minha vida profissional afetou a minha vida privada no sentido de maternidade, por exemplo. Minha prioridade sempre foi a minha carreira, mesmo que inconscientemente, pois não é que pensava: "Ah, não vou engravidar, porque vai atrapalhar meu mestrado e meu doutorado". Talvez até desse, mas não estava no meu "radar". Claro que essa decisão de não ter filhos até o momento afetou uma série de outras situações. Achei muito legal essa novidade de se colocar a maternidade no *Lattes*. Vi várias mulheres colocando a maternidade sem ser uma coisa oficial, como licença-maternidade no resumo, e é importante, porque os nossos colegas homens não têm suas vidas profissionais e acadêmicas afetadas pelo nascimento de seus filhos. Claro que há mulheres que dão conta sem que isso comprometa tanto as suas carreiras. Do ponto de vista de relacionamentos, estou no meu segundo casamento. Fui casada a primeira vez quando morava em Niterói e fiquei casada por cinco ou seis anos. Ele também era cientista político e tampouco queria ter filhos, como eu, o que foi ótimo naquele momento para mim. Quando estava namorando meu atual marido, o Pedro, foi na época em que fiz o concurso na Unirio e fui convidada para vir para cá – esqueci de dizer que também fui convidada a ir para Goiás, na Federal de Goiânia, só que lá não tinha mestrado na época, agora tem até doutorado, por isso escolhi vir para o Piauí. Perguntei ao Pedro se ele viria e ele aceitou. Ele é educador físico, é mais fácil conseguir outro emprego, a profissão dele o permite se adaptar melhor do que nós, que temos uma área mais restrita de atuação. Ele tem uma possibilidade mais fácil de conseguir um emprego e isso não foi uma questão para nós. Mas o maior fato mesmo, acho que foi nunca ter engravidado e acho que tem a ver com as escolhas que fiz dentro da carreira.

CMRS: *Você já comentou, mas gostaria de pedir que você desenvolvesse mais o seguinte ponto: você acredita que a relação entre a vida privada e a profissional afeta diferentemente homens e mulheres?*

MM: Tenho certeza que sim.

CMRS: *Os seus colegas homens vivem isso de maneira diferente? Essa relação entre o privado e o público e o privado e o profissional?*

MM: Com certeza. Na minha casa as tarefas são bastante divididas, mas, mesmo assim, acabamos nos dedicando mais quando há filhos. Até seu filho ou filha completar seis meses de amamentação, essa é uma responsabilidade exclusiva da mulher, uma coisa que o homem não pode fazer, de todas as construções sociais existentes, a amamentação é uma tarefa que o homem não pode fazer. Com 10 ou 5 dias de nascimento do filho os homens podem trabalhar e nós não. Isso afeta muito a mulher. Por exemplo, se você quer fazer um pós-doutorado, ou um doutorado fora, quando se é mulher com filho pequeno é diferente. A divisão das tarefas não é igual, principalmente em relação aos filhos. Tenho uma amiga que chama isso de pensamento estratégico sobre os filhos: o cara divide tudo, mas não divide pensar que tem que separar a roupa do judô, tem que fazer isso, aquilo para as crianças; a comida que precisa levar... Esses pensamentos estratégicos da administração das atividades da criança ficam para a mulher e isso afeta a profissão dessas mulheres que são mães.

CMRS: *Perfeito, Monique. O terceiro bloco é, mais especificamente, sobre a condição da mulher na Ciência Política, no campo disciplinar e nas atividades de trabalho. Até vou perguntar umas coisas específicas sobre a sua experiência na gestão pública. Mas vamos começar pela primeira pergunta dessa parte do roteiro. Como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, o campo da Ciência Política nas últimas décadas, e quais foram as virtudes e limites, pensando também na questão de gênero?*

MM: Acho que a Ciência Política ainda é muito masculina. Claro que teve mudanças muito importantes, até porque nós, mulheres, fomos para a Ciência Política, nós começamos a nos impor, mas ela começou muito masculina e agora que temos mais voz na área, porém os departamentos ainda são predominantemente masculinos. Fazendo uma analogia, a Ciência Política está para a Sociologia e para a Antropologia, como as Ciências Exatas estão paras as Ciências Humanas em termos de gênero. Em um departamento de Física, Química ou Engenharia é mais reduzida a presença feminina em comparação ao departamento de Serviço Social, História ou Letras. Acho que a Ciência Política, no ramo das Ciências Sociais, é a mais masculina, é como vejo. Em relação às trajetórias, acho que essa questão da produtividade, ainda que eu não tenha uma estatística sobre isso – seria interessante levantarmos quantos são bolsistas homens e quantas são mulheres –, é muito fechada. Também vejo pessoas mais velhas que têm essa bolsa, mas não vejo produzindo tanto. Não sei, me parece uma caixa preta e nunca li nada especificamente sobre isso. Mas a minha impressão é que o gênero pode ser um fator para isso, os homens têm mais bolsa. É a impressão que tenho. Com relação a outra questão, ao tratamento dado às mulheres da área, vejo que está mudando. Hoje temos uma presidente mulher, que é a Flavia Biroli; colocamos uma mudança na ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], por exemplo, de que sempre tem que ter um revezamento entre homens e mulheres. Não sei se você estava na última ABCP, mas teve um homem que estava questionando: "E se uma mulher não quiser ser presidente? Se não tivermos candidata?", porque sempre há o argumento que não fazemos política porque não queremos nem gostamos. Ainda há um machismo muito grande, foram dois "corajosos" no sentido de que pensaram o que muitos não tiveram a coragem de dizer. Ainda há um machismo muito grande. Quanto a mim, não sofri preconceito na área por gênero e acho que foi porque não ameaçava. Quando você começa a ameaçar é que o preconceito emerge. Falo, principalmente, da minha

trajetória no Sudeste. Agora, aqui, dentro da universidade, entre os pares, quando comecei a me destacar tendo projetos aprovados, fazendo várias pesquisas e tendo algumas publicações, acho que comecei a incomodar. Tive várias brigas no meu departamento, que é um local com bastante atrito. Incomoda quando uma mulher que vem de fora começa a fazer as coisas, senti isso em várias situações no mestrado e na graduação. Trabalhar incomoda, ainda mais se for uma mulher.

CMRS: *Como você avalia a sua trajetória individual como professora e pesquisadora dentro desse desenvolvimento mais amplo da Ciência Política no Brasil?*

MM: Por ser uma mulher negra, não sei se foi mais difícil, porque depois que você chega a um determinado patamar, se tem mestrado – que foi difícil chegar até ali –, mas... Não sei se foi mais difícil. O que vejo é que talvez eu consiga, como professora, inspirar as mulheres. A minha trajetória se inseriu nesse contexto da seguinte forma: não tive dificuldades para participar de uma ABPC, para participar das coisas. Não vi essa dificuldade, mas, repito, talvez, porque eu não estivesse incomodando. Mas considero que nós não ocupamos os espaços, se você não briga para ocupar esses espaços... Nunca briguei para ocupar espaço, isso não é um problema. Na minha trajetória, fui indo. Mas na universidade, como professora, vejo que tenho que brigar mais. Como estamos entre os pares, incomodamos mais, principalmente se conseguimos projetos. Não comentei que quando cheguei aqui consegui uma bolsa pelo Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] por um ano. Comprei um carro com esse dinheiro e um colega homem me disse: "Nossa, mas o Ipea está muito fácil, agora! Todo mundo está conseguindo bolsa dele!", ao que retruquei: "Você já tentou alguma coisa?!". Isso foi em um jantar de final de ano; eu tinha acabado de chegar em 2011, submeti a bolsa em outubro e comecei a receber a bolsa em janeiro de 2012. Sempre corri atrás de um monte de coisa e temos de nos provar o tempo inteiro. Quando você chegou ao mesmo patamar que o homem, que está na mesma posição que ele, é professor e tem doutorado como ele, isso incomoda. Quando você o ultrapassa, incomoda mais ainda. O fato de eu ser cedida para a prefeitura, por exemplo, não me atrapalhou para dar aula, continuei dando aula. Hoje não dou aula, porque o fato de eu dar aula incomodou. Fiquei tão cansada disso que acabei por desistir por um tempo. Teve quem dissesse: "Não sei como pode você estar cedida e dar aula!", ao que respondi que o sistema permite. Se eu tivesse me afastado da universidade para, por exemplo, fazer doutorado ou pós-doutorado em outro lugar, o sistema teria cortado temporariamente esse vínculo. Eu lecionava e orientava, mas isso passou a incomodar as pessoas de tal maneira que deixei de lado. A Ciência Política é masculina e machista, como a nossa própria sociedade. Vejo que a nossa chegada como docente é tolerada, mas quando passa a ter maior destaque gera um incômodo. Ao mesmo tempo, contudo, sou uma fonte de inspiração para alunas e alunos, para as mulheres.

CMRS: *Como você avalia a sua condição de mulher negra na academia, especificamente na Ciência Política? Você já falou um pouco disso, mas se você pudesse sintetizar de maneira geral. E já vou acrescentar outra pergunta a partir dessa: você ocupa uma secretaria importante na prefeitura de Teresina que, me parece, bastante técnica. Como você avalia a sua condição também no seu cargo público à frente dessa secretaria?*

MM: Na Ciência Política, avalio que sou uma exceção, pois há poucas mulheres negras. Na pesquisa em que estamos trabalhando, fui verificar mulheres negras formadas no país lecionando e atuando no Nordeste e constatei que sou uma exceção. Me vejo como *outsider* nesse sentido, pois não há mulheres negras, elas não chegam até aqui. Se chegarem por agora, acredito que as políticas de cota favoreceram um pouco essa entrada. Portanto, me avalio sendo uma exceção e isso chama a atenção para o bem e para o mal. Houve uma situação problemática de discussão entre mim e um dos colegas e soube, posteriormente, que havia um incômodo maior da parte dele por eu ser negra

e mulher, inclusive ele fazia comentários pejorativos em relação à minha posição de mulher e por eu ser negra. Isso veio de um colega de trabalho cientista político. Acho que se eu fosse um homem esses comentários pejorativos não ocorreriam. Avalio assim, como um *outsider*, uma coisa diferente. Até mesmo quando vamos aos encontros, na Ciência Política, se tem muito menos negros do que em outras áreas como a Sociologia e a Antropologia, por exemplo. É uma área em que o negro não entra muito. Talvez porque não se sinta à vontade, ou por achar o curso mais elitizado. Me apaixonei pelo curso e o fato de eu ser negra não me impediu de buscar espaço aqui, mas acho que as pessoas podem se sentir mais intimidadas em uma disciplina que lida com o poder. Na prefeitura, é uma secretaria importante, mas muito técnica e, por isso, muitos não querem assumi-la, pois exige estudo e dedicação. Ela não é disputada por políticos. A administração da prefeitura é mesclada por políticos e técnicos, quer dizer, todas as indicações são políticas, tem a pessoa que vem do parlamento para ocupar uma secretaria, por exemplo. Fui conquistando o respeito dos colegas secretários quando cheguei aqui. Quando fui convidada para a prefeitura, na verdade, fui convidada para fazer outro trabalho, a Agenda 2030. Por ser um projeto que exigia uma longa perspectiva, por motivos diversos acabei não indo para essa coordenação, que era até uma coisa menor. Por isso fui para o desenvolvimento econômico. Me senti um pouco impostora nesse local, não via muita afinidade com a minha trajetória, mas é política pública e me destaquei por lá; eu estava abaixo do secretário, mas fui me destacando. Eu ia ao parlamento conversar com os vereadores para poder apresentar os projetos de lei que queríamos; ia às comissões sem conhecer alguém de início; e fiz um trabalho muito legal que foi um projeto de lei que permitiu dar incentivo às empresas de *call center*. E eu, como cientista política, adorava ir até a Câmara conversar com os vereadores. Adoro! Faço isso até hoje! Vou lá, apresento o projeto antes de licitar e eles gostam. Em 2013, o projeto de *call center* foi aprovado por unanimidade, nenhum vereador votou contra, foram 29 votos. Em 2014, estávamos com doze mil novos empregos nesta área! Esses empregos são 70% de mulheres e a maioria é jovem, primeiro emprego, porque o salário é baixo, mas é uma entrada no mercado de trabalho. Claro que hoje estamos com menos vagas por conta da crise, mas temos, ainda, cerca de oito mil empregos nessa área na cidade de Teresina. Tem outras atividades na secretaria, mas esse foi o principal trabalho que fiz, porque deu um retorno enorme para a sociedade e foi muito gratificante para mim. Isso fez com que eu fosse respeitada pelos outros secretários. Lá também nos unimos e nos ajudamos entre as mulheres, nos apoiamos e conversamos. Há uma secretaria da mulher na administração, ocupada por uma mulher, assim como a secretaria de qualificação profissional, ocupada por uma assistente social. Elas, assim como eu, também vêm do primeiro mandato e permanecerem por terem feito um trabalho de destaque. Creio que consegui o respeito deles. Fiz uma apresentação e foi muito interessante, vou te contar. Fiz a consulta e a audiência pública do projeto de iluminação pública, que é o nosso projeto mais adiantado. Apresentei tanto os aspectos econômicos, quanto os financeiros e os de engenharia desse projeto, é assim que funciona: faço todas essas etapas e dou para o secretário da pasta licitar tudo. Mas o projeto vai todo pronto. Fiz a audiência pública e consegui lotar o auditório – eu estava receosa, até sonhei que o auditório ficava vazio. Quando acabou a apresentação e passei a palavra para o secretário, que é quem vai ser o responsável por tocar o projeto, ele, que é engenheiro, me disse: “Nossa, você está parecendo engenheira!”, porque a qualidade da minha apresentação surpreendeu.

CMRS: *Monique, como você avalia a importância que vem adquirindo algumas demandas de gênero nos últimos anos? Por exemplo, as demandas de gênero no mundo do trabalho, inclusive pensando nas nossas instituições, pensando as cotas e a exigência a e a necessidade que as mulheres têm tido de ocupar alguns espaços e que isso esteja institucionalizado. Pensar também as denúncias de assédio que vêm ocorrendo e como isso tem tido visibilidade. Como você avalia a importância que a questão de gênero tem assumido de uma maneira geral?*

MM: Avalio como positiva, obviamente. E isso tem a ver conosco, mulheres, com um movimento que estamos fazendo de nos colocarmos mais, de colocarmos as nossas demandas mais visíveis. Apesar das resistências, esse processo tem, na verdade, se colocado na sociedade através de mudanças institucionais, como essa mudança do CNPq que pode parecer pequena, mas para nós é muito importante – ainda que os homens pensem que seja apenas loucura das mulheres. Vejo como positiva e acho que ainda temos muitos problemas, ainda temos que tomar muito cuidado com apresentação, por exemplo, pois qualquer deslize que cometemos passamos por loucas, esses estereótipos não mudaram. Gostaria até de chamar a atenção para um fato de que, quando fiquei na Secretaria de Desenvolvimento Econômico entre 2013 e 2016, trabalhava com um chefe com quem tinha uma relação muito legal. Em 2017, minha relação passou a ser com outro chefe. Ele se sentia ameaçado. Vejo que as demandas estão sendo aceitas pela sociedade, mas ainda há um longo caminho, ainda temos que nos justificar muito: "Sou feminista mesmo, mas, olha, eu me depilo, eu tomo banho" por conta de uma série de colocações que ainda há de que feminista é doida, não gosta de tomar banho, não gosta de homem. Eu sempre brinco com isso. Quando encerrei minha participação em um seminário da prefeitura sobre liderança feminina que qualifica as pessoas eu disse: "Olha, vou falar para vocês que sou feminista mesmo, porque o feminismo é isso, isso, isso e isso. Se você acha que não sofreu assédio em nenhum momento da sua vida é porque estava distraída e não percebeu". Mas acho que essa demanda vem sendo colocada por nós e temos tido muitas conquistas. Vejo isso até no estudo, as meninas vêm querendo estudar isso! Não estudo gênero, mas já orientei dois trabalhos voltados para gênero e aprendi, estudei e aprendi muito para fazer essas orientações. Peguei um trabalho superbacana de uma aluna que estava com a orientação de um homem no mestrado que queria mudar toda a direção do trabalho dela. Ela veio conversar comigo, muito emocionada. O orientador não acreditava no que ela estava escrevendo; ela queria falar sobre a atuação das mulheres e as pautas femininas na Câmara Federal. Ela pediu minha ajuda e aceitei, porque vi que ele estava a sabotando. O professor estava sabotando sua aluna, porque não acreditava naquele tema! Acho que temos uma mudança positiva, mas temos que tomar cuidado com alguns revezes que temos, até, por exemplo, com o governo.

CMRS: *A última questão do roteiro é: você já enfrentou situações difíceis no exercício da profissão por ser mulher?*

MM: Já, já enfrentei sim. Não na área de Ciência Política, não sofri nenhum assédio ali, mas na prefeitura. Colegas dando em cima de mim o tempo inteiro e eles achavam isso normal. Assediar sexualmente, chamar para sair, mesmo eu sendo uma mulher casada! Eu fingia que não entendia ou dava foras mais diretos também. Esse tipo de assédio sofri na prefeitura, na universidade não fui assediada sexualmente, mas vivemos certas situações somente por sermos mulheres. Escutamos comentários por sermos mulheres ou por seremos de fora da região, mas não fui assediada sexualmente por colegas cientistas políticos; porém, recebi convites inapropriados, para os quais não dei liberdade, na prefeitura, que não tem o respeito igual caso eu fosse um homem. Se respeitasse igual não o faria. Ainda sobre a prefeitura, quando há reportagem, as secretarias envolvidas deviam aparecer em pé de igualdade, mas isso não acontece muitas vezes.

CMRS: *Monique, cumprimos o roteiro e deixo livre para você acrescentar o que achar necessário. Alguma memória ou colocação? Fique à vontade.*

MM: Acho que não esqueci nada, falei até demais! Mas uma coisa interessante de citar é que o fato de eu ter ido para a prefeitura me fez olhar a academia com outros olhos. Não no sentido de dizer que a prática é muito diferente, o que é um jargão, mas no sentido de que me ajudou no estudo na área de Ciência Política. Por isso gosto de dar aula, de vez em quando pego umas disciplinas no

mestrado, continuo fazendo isso, tenho orientações. Chamo a atenção para o fato de participar de uma administração na qual o chefe do Executivo é professor e por isso tem sensibilidade de chamar mulheres para sua gestão. Uma mulher negra. E não sou a única negra, a secretária da mulher também é negra. E é muito bom participar de uma administração pública que sabe que a sociedade em que vivemos é patriarcal e machista. Isso é muito legal para nós que somos da Ciência Política e estamos na academia e temos a oportunidade de ter essa atuação. Devia ser um estágio obrigatório estarmos presentes na administração pública para sabermos como é. Às vezes, criticamos o gestor apontando o que não é feito, mas quando você está dentro da administração vê que é diferente – não dá para fazer tudo, há uma limitação de recursos. Aquela questão da teoria de política pública de que não há dinheiro para fazer tudo o que é necessário, na prática, ganha outra dimensão. Acho que minha trajetória é singular nesse sentido. E quem tiver a oportunidade de ir para a administração pública deveria ir, porque isso muda o nosso olhar no momento da análise. E acho que o fato de ser mulher só diz que sou *outsider*. Não é porque sou mulher negra e cheguei à administração pública municipal e sou docente universitária que se pode dizer que a meritocracia funciona. Não é isso e é importante chamar a atenção. O que acontece é que algumas pessoas conseguem se destacar, mas isso não é a regra. Basta olharmos para as estatísticas de mulheres negras doutoras em Ciência Política. Acontece de chegar pessoas com uma trajetória específica, mas não é a regra. Quando você olha, a maioria das pessoas é branca; quando você vai olhar as mulheres com a regra do gênero a maioria é branca. É importante chamar a atenção disso. Existem barreiras para mulheres e sendo mulher negra as barreiras são ainda maiores.

CMRS: *Muito obrigada, Monique! Queria dizer que, para mim, é um orgulho poder fazer parte desse projeto te entrevistando. Eu não te conhecia, mas tenha certeza de que você ganhou uma admiradora! Acho que você dá uma contribuição enorme para o projeto. A oportunidade de te entrevistar para o projeto Mulheres na Ciência Política foi muito importante. Estou orgulhosa mesmo e preciso te agradecer de estar nesse projeto com você.*

MM: Eu também gostei muito de ter participado! É muito emocionante rever a nossa trajetória e ver aonde chegamos!

CMRS: *Obrigada mais uma vez. Tenha um bom dia.*